

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC E O ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SECULT, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DESCENTRALIZADA DE AÇÕES DO PROGRAMA MAIS CULTURA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.264.142/0002-00, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília – Distrito Federal, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Cultura, Excelentíssimo Senhor **GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA**, brasileiro, casado, RG nº 2.493.945-6-SSP/BA, CPF nº 000.309.618-15, nomeado por Decreto publicado no D.O.U de 1º de janeiro de 2003, e o **ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.054.861/0001-76, situado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 09, Belém-PA, neste ato representado por sua Governadora, Excelentíssima Senhora **ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA**, brasileira, paraense, divorciada, portadora da Carteira de Identidade nº 6198629 –SSP/PA, CPF nº 118.163.842-91, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura - SECULT, neste ato representado pelo seu titular Sr. **EDILSON MOURA DA SILVA**, RG nº 1633624 – SSP/PA, CPF nº 169.576.282-72, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** visando a implementação, consolidação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, segundo as cláusulas e condições seguintes:

VISTO
Luciane Calvino Pinto
Conselheira Nacional
Ministério da Cultura

CONSIDERANDO:

Que proporcionar os meios de acesso à cultura é competência comum da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, conforme art. 23, Incisos III, IV e V da Constituição Federal;

Que o Programa Mais Cultura, criado pelo Decreto 6.226, de 4 de outubro de 2007, tem como objetivos ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e aos meios necessários para a livre expressão simbólica, qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural e gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, para micro, pequenas e médias empresas e para empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro, promovendo com suas ações a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

Que por meio de uma estratégia de implementação descentralizada das ações, viabilizada pela conjugação de esforços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal se torna possível a execução em escala do Programa Mais Cultura em todo o território nacional;

Que a implementação descentralizada do Programa Mais Cultura, com base nos princípios da Administração Pública, conforme especificado no artigo 37 da Constituição Federal, constituirá um processo importante para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão cultural compartilhada entre os entes federativos, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** visando a implementação, consolidação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este Acordo de Cooperação tem por objeto a pactuação de compromissos para a implementação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto nº 6.226, de 04 de outubro de 2007, estruturado nos seguintes eixos:
 - 1.1 Cultura e Cidadania: Cidadania, Identidades e Diversidade;
 - 1.2 Cidade Cultural: Qualificação do Ambiente Social e Direito à Cidade;
 - 1.3 Cultura e Renda: Ocupação, Renda e Financiamento da Cultura.


Luciane Cassiano Pinto
Chefe de Gabinete Jurídica
Ministério da Cultura

Parágrafo único. As ações componentes dos eixos do Programa Mais Cultura, serão implementadas, quando for o caso, nos estados, municípios e no Distrito Federal, por meio de instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DOS PARTICIPES

2. Os Partícipes, no âmbito de suas competências, comprometem-se a criar condições de natureza legal, administrativa, orçamentária e participativa, mobilizando esforços e recursos institucionais cooperativamente, sem prejuízo das seguintes obrigações:

2.1 Incumbe ao Ministério da Cultura:

- a) Formular as ações componentes do Programa Mais Cultura, respectivos objetivos, público-alvo, critérios de territorialização, estratégia de implementação e instrumentos legais, em consonância e em articulação com as demais políticas públicas do governo federal;
- b) Definir os modelos de instrumentos que viabilizarão a implementação descentralizada das ações do Programa Mais Cultura;
- c) Constituir e implantar, juntamente com o Estado do Pará, Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, nos termos da Cláusula Quinta;
- d) Dar ampla divulgação, tornando transparente a forma como o Estado do Pará poderá tomar parte na implementação descentralizada de ações componentes do Programa Mais Cultura;
- e) Promover a implementação de ações do Programa Mais Cultura por meio de consórcio público, quando for conveniente e oportuno;
- f) Desenvolver modelo de gestão orçamentária - financeira para o Programa Mais Cultura que assegure um fluxo de recursos compatível com os compromissos assumidos;
- g) Coordenar as oficinas de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura a serem realizadas nos estados, municípios e no DF;
- h) Acompanhar a implementação das ações realizadas com recursos do Programa Mais Cultura, avaliando os resultados alcançados;
- i) Acompanhar a execução das demais obrigações assumidas com o presente Acordo;


Luciane Oliveira Pinto
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura

- j) Estabelecer e manter parcerias com entidades públicas ou privadas, com atuação em todo o território nacional, para ampliar a capacidade de as instituições culturais apresentarem projetos e gerirem seus recursos com efetividade e transparência;
- k) Implantar o Sistema de Informações e Gestão do Programa Mais Cultura, desenvolvendo modelo de inserção e atualização permanente de dados;
- l) Promover, de forma direta ou por intermédio de instituições parceiras, ações de capacitação das equipes responsáveis nos Estados, Municípios e no Distrito Federal pela execução descentralizada, visando assegurar visão e procedimentos comuns para a devida realização das ações previstas;
- m) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito da União, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
- n) Implantar subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social.

2.2. – Incumbe ao Estado:

- a) Estabelecer ou consolidar unidade de gestão, no plano do poder executivo estadual, responsável pelo planejamento, execução e monitoramento das ações do Programa Mais Cultura;
- b) Constituir e implantar, juntamente com o Ministério da Cultura, Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura no estado, nos termos da Cláusula Quinta;
- c) Mobilizar os recursos necessários para realizar, junto com o Ministério da Cultura, oficina de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no estado;
- d) Assegurar recursos que viabilizem as contrapartidas necessárias para a implantação das ações do Programa Mais Cultura no estado, com as quais vier a se comprometer;
- e) Apoiar, inclusive financeiramente, a participação da equipe estadual de coordenação do Programa Mais Cultura nas atividades de capacitação promovidas pelo MinC;
- f) Mobilizar e articular parceiros, conforme identificados no Plano de Implementação do Programa Mais Cultura, no âmbito do estado;
- g) Estabelecer parcerias com o Conselho Regional de Administração e Conselho Regional de Contabilidade para o assessoramento técnico às

VASTO
Luciane Carneiro Santo
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura

- instituições culturais na elaboração de projetos, gestão de recursos públicos e apresentação da prestação de contas;
- h) Utilizar e respeitar os padrões de identidade visual do Programa Mais Cultura, no desenvolvimento de todas as ações pactuadas, aplicando, inclusive, as regras vigentes durante os períodos eleitorais;
 - i) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito do Estado, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
 - j) Apoiar a implantação de subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA IMPLEMENTAÇÃO

3.1. A implementação das ações do Programa Mais Cultura no Estado será detalhada em Plano de Implementação, a ser elaborado em comum acordo entre os partícipes num prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo de Cooperação.

3.2. O Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no Estado, acrescido dos respectivos insumos e custos elaborados pelos Partícipes orientará o Termo de Convênio para transferência de recursos no qual será especificado, entre outros, aspectos o objeto e metas a serem alcançadas e o cronograma a ser cumprido.

3.3. A implementação descentralizada do Programa Mais Cultura no Estado terá início com a realização do Projeto Piloto de Pontos de Cultura no seu território a ser executado nos termos e condições a serem definidos em instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS AÇÕES CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELO ESTADO

4.1. Projetos e ações culturais desenvolvidas pelo Estado poderão ser integrados à implementação do Programa Mais Cultura, bastando para tanto que estejam em consonância com os objetivos e diretrizes do Programa e sejam apresentados ao MinC antes da realização da oficina de elaboração do Plano de Implementação.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO

O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, instância consultiva responsável por auxiliar o Ministério da Cultura e o Governo do Estado

VISTO
Luciane Camargo Pinto
Consultora Substitua
Ministério da Cultura

no planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações do Programa Mais Cultura, será instituído conjuntamente pelos partícipes mediante instrumento jurídico específico.

Parágrafo Primeiro. A designação dos membros, o funcionamento e as competências do Comitê de Acompanhamento e Gestão serão estipulados e definidos pelo instrumento jurídico de que trata a presente cláusula.

Parágrafo Segundo. O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura deverá ser composto por representação paritária entre integrantes indicados pelos governos federal, estadual e municipal, pelo Poder Legislativo estadual, e pela sociedade civil, preferencialmente ligada ao campo cultural do estado.

Parágrafo Terceiro. O Comitê de Acompanhamento e Gestão deverá ser instalado num prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

6.1. O Estado acordante indicará formalmente ao **MinC** um representante e seu substituto para gerenciar a implantação deste Acordo, acompanhar sua execução, fornecer informações e zelar pelo cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1. Os partícipes deverão dar ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados em decorrência deste Acordo, de modo a manter a sociedade informada e integrada ao Programa Mais Cultura de forma ativa, respeitadas as políticas institucionais respectivas.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do presente Protocolo é da data de sua celebração até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado, subseqüentemente, mediante termos aditivos.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO

9.1. O presente instrumento poderá ser modificado, a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, por intermédio de Termo Aditivo, mantido o objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente instrumento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações

VISTO
Luciane de Castro Brito
Conselheira Jurídica
Ministério da Cultura

decorrentes do tempo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

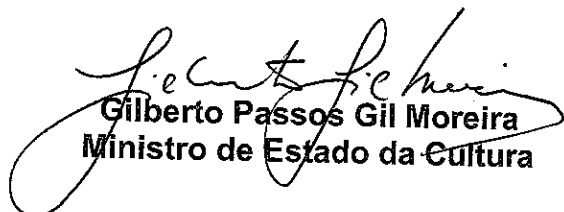
11.1. A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo **MINC** e no Diário Oficial do Estado, pela **SECULT**, de acordo com o prazo previsto no Parágrafo Único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93, contado da data da assinatura do presente instrumento.

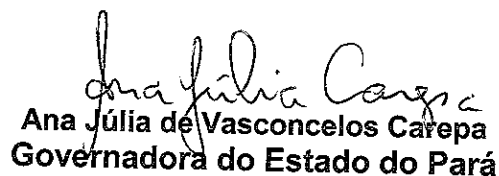
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. O Foro para dirimir quaisquer litígios na execução deste Protocolo, que não possam ser compostos pela mediação administrativa, é o da Justiça Federal, Seção de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas:

Belém – Pa, 6 de maio de 2008.

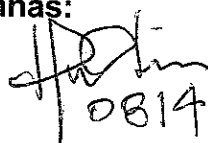

Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura


Ana Júlia de Vasconcelos Carepa
Governadora do Estado do Pará

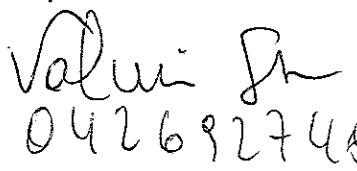
^{4/10/2}
Edilson Moura da Silva
Secretário de Estado de Cultura

Testemunhas:

NOME:
CPF:

 Maria Douçã de Lima
081480 072 68

NOME:
CPF:

 Valmir Carlos Bispo Santos
042692748 67

VISTO

Luciane Castanho Pires
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura